



## ATAQUES E LUTAS: PARA ONDE VAMOS?



**BURGUESIA APÓIA TEMER, QUE ATACA OS  
NOSSOS DIREITOS**

**A SAÍDA DE CUNHA E O JOGO DO SISTEMA  
POLÍTICO BURGUEÊS**

**PSOL: O VELHO REFORMISMO REPAGINADO**

ALEX BRASIL

**FORMAÇÃO: O AUTONOMISMO**

SÉRGIO LESSA

**REFUGIADOS: PESSOAS DESCARTADAS  
PELO CAPITAL**

# A BURGUESIA APÓIA TEMER, QUE ATACA NOSSOS DIREITOS

**A**o contrário do desejo da burguesia, tornar Temer um presidente oficial não foi suficiente para estabilizar a situação política. Já bastante desgastado junto a população e com índices de popularidade muito semelhantes aos de Dilma, as medidas que se dispõem a implementar deve fazer com que essa impopularidade aumente.

A cassação do mandato de Cunha (se não chegarem a um acordo para que não seja preso) foi outro fator para manter a instabilidade política. Na sessão que cassou seu mandato ameaçou escrever um livro sobre os bastidores do impeachment, o que certamente coloca em evidência membros do Judiciário, empresários, muitos membros do atual governo e de sua base de apoio. É sabido que Cunha possui muitos dossiês e os utilizam para chantagem.

Mas, isso ainda não transforma Temer em um governo frágil. Mesmo com essa impopularidade tem uma ampla base parlamentar no Congresso Nacional, que reflete o apoio e a unidade das principais frações burguesas em torno de medidas necessárias para o capital. É com esse apoio que está buscando aprovar as Reformas Trabalhista, da Previdência, a PEC 241, a Reforma do Ensino Médio e outras medidas que tramitam na Câmara ou no Senado. Todas, sem exceção, contra os trabalhadores.

Também é importante destacar que essas medidas que a burguesia e seu governo tentam implementar no Brasil são parte de um ataque do capital no mundo inteiro. Há uma pressão do “capital global” para o país se “adequar a modernidade das relações capital-trabalho”. E é nesse sentido a reforma trabalhista na França, os empregos precários em países como Alemanha e Estados Unidos, as medidas de austeridade na Grécia e Espanha seguem essa mesma lógica.

Essa unidade das frações do capital e dos seus representantes contrasta com as ações da classe trabalhadora, que ainda está pouco organizada e dispersa, com as lutas de caráter defensivo e no campo econômico, isto é, lutando

ainda para tentar manter direitos. Pela violência dos ataques da burguesia já deveríamos ter avançado e estar nos organizando para além da manutenção de direitos.

## REFORMAS, PEC 241 E OUTRAS MEDIDAS...

Como dissemos acima, as dificuldades de Temer não significam facilidades para os trabalhadores. Buscando se legitimar perante a burguesia (e até pensando em candidatura em 2018) o governo se esforça e se concentra na aprovação do Teto para os Gastos Públicos nos próximos 20 anos e na Reforma Trabalhista.

O comum entre essas medidas é retirada de dinheiro dos serviços públicos que atendem a população, para garantir o pagamento da dívida pública que atende banqueiros e agiotas.

Na lista de Temer, além das Reformas da Previdência e Trabalhista, a PEC 241 (Emenda Constitucional que impõe congelamento aos gastos públicos), o projeto da terceirização (veja jornal Espaço Socialista nº 91), tem também os projetos de privatização.

Com o PLS 555 o governo busca transformar empresas públicas – como a Caixa Econômica Federal – em Sociedades Anônimas (S.A), fica com um grande número de ações, mas perde o controle acionário. Além de outros absurdos, esse projeto também exige que para ocupar os cargos de direção tenha 10 anos de experiência e não poderá ter tido atividades político-partidário ou sindical, ou seja, só poderá assumir quem já é do mercado financeiro. Com a aparência de que é para moralizar, na verdade, é mais um jeito de entregar essas empresas para controle dos agiotas.

A limitação e o teto dos gastos descritos na PEC 241 servem somente para os gastos públicos, pois no texto há uma exceção para “as despesas de capital com as empresas dependentes”. E para respaldar essa exceção veio a “novidade” da PLS 204 (autoria de José Serra). Por esse projeto, municípios e estados podem criar empresas (ou

ENQUANTO ISSO NO  
AÇUGUE DOS DIREITOS...



legalizar as existentes) como “estatais não dependentes”, como sociedade anônima (sem controle de prefeitos e governadores).

Essas empresas podem emitir “papéis financeiros”, chamados debêntures, ou seja, títulos que são negociados com o mercado em troca de juros, que podem chegar até 23% ano (os maiores do mundo) sobre o valor de face do título. As empresas que compram esses títulos não correm nenhum risco já que eles são garantidos pelos impostos atrasados que estados e municípios têm para receber. Detalhe: só os chamados “investidores privilegiados” (grandes empresas financeiras) podem comprar esses títulos.

Por exemplo: Um “investidor privilegiado” compra um desses títulos no valor de R\$100. Tem um desconto de 50% e poderá parcelar seu pagamento em 4 anos, R\$12,5 cada parcela anual. Em troca dessa compra todo ano ele vai receber os juros de R\$23 (que são os juros de 23% ao ano sobre o valor de R\$100). Resumo da história: Paga pelo título R\$12,5 e recebe R\$23. Ao fim dos 4 anos, o seu lucro é de quase 100%.

E esse lucro sai de onde? Dos cofres dos estados e municípios. E essa diferença? Se transforma em dívida pública. Qual banqueiro reclamaria de um negócio desses?

Entre os problemas desse PLS destaca-se dois: aumenta a dívida pública e cria mais um mecanismo de transferência de dinheiro público para banqueiros. Por isso tanto esforço do governo para aprovar o ajuste fiscal e retirar os nossos direitos, com as Reformas Trabalhista e Previdenciária, o PLP 257 e a PEC 241 estão sendo propostas.

## ATAQUES PARCELADOS...

As lutas, a impopularidade do governo e a resistência dos trabalhadores colocam contradições para o governo e para a burguesia.

Pela profundidade dos ataques e pelo



desgaste que a sua base de sustentação pode sofrer, o governo tem procurado primeiro construir uma ampla unidade parlamentar. As reuniões com partidos aliados, as negociações com os partidos de oposição, os acordos com centrais e sindicatos pelegos são parte desse processo de costurar os acordos e minar às lutas contra esses ataques.

As recentes declarações de membros do governo também apontam que a tática a ser utilizada é aprovar uma Reforma por vez, objetivando diluir a resistência. A prioridade neste momento é se concentrar na finalização da aprovação do PLP 257 e na PEC 241, deixando para 2017 as Reformas Trabalhista e Previdenciária. É importante compreendermos esse processo.

### **STF: JUSTIÇA DE CLASSE ANTECIPANDO A REFORMA**

O Judiciário tem cumprido um papel de qualidade exemplar para a burguesia, especialmente se compararmos a sua atuação atual às privatizações e à Reforma da Previdência dos anos 90. E a mídia burguesa também cumpre o seu papel ao buscar apoio popular para referendar suas ações e transforma-lo no poder moralizador.

Na década de 90, mesmo com várias denúncias de irregularidades em privatizações (como a Vale que foi avaliada muito abaixo do seu real valor) o Judiciário nada fez. Também na primeira Reforma da Previdência, que mexeu com direito adquirido, o STF simplesmente permitiu alegando que se tratava de uma “mera expectativa de direito”.

Agora, novamente, o STF volta a ter uma decisão que cria as condições legais (pela jurisprudência, ou seja, algo que o Judiciário já aceitou que fosse feito) para mexer em uma questão crucial para os trabalhadores: a Reforma Trabalhista de Temer permite que o negociado pode substituir o que está na lei.

Uma decisão dessa já foi mantida em setembro de 2016. Faz parte de

uma cláusula do Acordo Coletivo entre a Usina Central Olho da Água (de Pernambuco) e o sindicato da categoria. A empresa “negociou” com os funcionários para deixar de pagar hora-extra. Mesmo a CLT não permitindo renunciar a direitos como esse e o próprio Tribunal Superior do Trabalho tendo anulado o acordo, o STF o considerou válido.

Com essa decisão abriu-se uma brecha para que sindicatos pelegos junto com a patronal realizarem acordos retirando direitos. E Temer não precisa se desgastar com medidas como essa, pois o Judiciário já reposiciona a legislação para atender totalmente a sua classe...

Quando dizemos que as medidas adotadas pelos governos são um projeto do Estado burguês estamos afirmando que todas as suas instituições estão comprometidas, ou seja, o Governo, o Parlamento e o Judiciário atuam juntos para garantir as medidas que interessam ao capital.

### **AS SAÍDAS PELA INSTITUCIONALIDADE**

Nas últimas semanas as ruas receberam milhares de pessoas defendendo “Fora Temer” expressando o sentimento de oposição a esse governo. Diferente das manifestações que ocorreram logo após o impeachment de Dilma, essas não reivindicavam o “volta Dilma”.

Mesmo entendendo que a palavra de ordem “Fora Temer” não seja correta, pois cria a ilusão de que o problema é só o governo Temer e não o projeto econômico da burguesia, vemos como progressivas as recentes manifestações de rua. No entanto, os limites são imensos. Principalmente quanto às saídas propostas.

O PT e a burocracia sindical e estudantil que orbita em sua volta têm defendido eleições diretas já e constituinte para fazer a reforma política. Essas bandeiras políticas têm um propósito: com o aperto sobre Lula e a ameaça de se tornar inelegível em 2018, as eleições gerais seriam a oportunidade de a única figura do partido, com alguma chance de ganhar uma disputa presidencial, participar das eleições.

Mas, mesmo na esquerda socialista, há setores com propostas bem próximas dessas. São os que defendem “eleições

gerais” e os que defendem “assembleia constituinte”. Variam um pouco e até complementam que devem ocorrer sob novas regras e apoiadas na “força da luta”, no entanto, se confundem nesse meio.

Somos contra essas duas propostas. Primeiro porque é uma saída nos marcos da institucionalidade, que na prática fortalece a “democracia dos ricos”. Também permite à própria burguesia reorganizar sua representação no Congresso com e avançar ainda mais no perfil conservador.

Outra questão fundamental é a existência de uma situação política de ataques, de avanço de forças conservadoras, de baixa consciência de classe entre os trabalhadores, etc., ou seja, momento bastante desfavorável para as forças de esquerda, podendo sair de um processo eleitoral como esse ainda mais desgastada.

Por fim, mas não menos importante, consideramos que é um desastre que organizações de esquerda levantem essas bandeiras políticas porque jogam ilusões de que há saídas nos marcos da institucionalidade burguesa e de que por aí poderemos resolver a crise. É também um desastre porque renunciam à disputa por uma consciência socialista entre os trabalhadores.

### **E A BUROCRACIA SINDICAL NÃO UNIFICOU AS LUTAS DE SETEMBRO**

Três das principais categorias de trabalhadores do país tinham campanha salarial em setembro: Petroleiros, Correios e Bancários. Era uma oportunidade única mobilizar milhares de trabalhadores contra a patronal e contra o governo.

Mas, novamente, as direções sindicais fizeram de tudo para que essa unidade não se efetivasse. Em bancários (maioria da CUT), diferente de anos anteriores, a greve foi antecipada e saiu sem uma preparação adequada. Em Correios, o PC do B (CTB), em São Paulo, aceitou um acordo rebaixado de 9% de reajuste em duas vezes e desmontou a greve nacionalmente. Em Petroleiros – quando fechávamos essa edição – onde a CUT dirige os principais sindicatos da categoria, as negociações com a empresa ainda estão em andamento, mas a proposta é menor que a inflação.

A burocracia sindical não unifica as lutas conscientemente porque colabora com a gestão do capital e também porque tem receio de que lutas desse tamanho passem por cima de seus interesses.

Esse tipo de ação da burocracia sindical é bem previsível, mas não

poderá continuar agindo assim diante de ataques tão intensos aos nossos direitos.

Estamos chegando em um momento que as próprias categorias estão buscando algum tipo de unidade por entenderem a necessidade do fortalecimento das lutas e já pressionam

as burocracias sindicais e das centrais que começam a radicalizar no discurso e até fazendo o chamado à greve geral.

Não podemos confiar no discurso dos pelegos, é preciso assumir com nossas próprias mãos a preparação das lutas e da greve geral.

## A SAÍDA DE CUNHA E O JOGO DO SISTEMA POLÍTICO BURGUEËS

No dia 12 de setembro ocorreu a votação sobre a cassação de mandato de Cunha, com uma votação de 450 votos a favor contra 10 contrários (incluindo aqui Marco Feliciano e o Paulinho da Força), além de 9 abstenções. Esse processo ocorre pouco depois da realização do impeachment de Dilma.

Cunha vive já há algumas décadas da “carreira política” (como se fosse uma profissão). Bem conhecido e conhecedor de diversas figuras do meio, já esteve articulado junto a Eliseu Resende (ex-ministro do ditador Figueiredo), PC Farias, Anthony Garotinho e no apoio à última eleição de Dilma à Presidência.

Ficou popularmente conhecido recentemente ao assumir a Presidência da Câmara dos Deputados e por suas diversas posições conservadoras contra os direitos de mulheres e LGBTs.

É, de fato, uma das personificações da direita no Brasil, uma expressão bem caricata do político conservador, fundamentalista religioso, corrupto e moralista (que contribui para o fortalecimento do machismo, racismo e da homofobia). Também cabe ressaltar que esteve à frente do processo de impeachment de Dilma Rousseff, pouco depois de romper as alianças com o PT.

Assim, muitos movimentos sociais, organizações e ativistas atuaram na campanha pelo #ForaCunha, algo de fato necessário, visto o quanto essa pessoa não tem interesse em atuar pela demanda da classe trabalhadora e ainda incorpora e favorece os discursos de ódio. Porém, setores petistas e próximos, rapidamente, se incorporaram nessa ação e “se esqueceram” das alianças mantidas com essa figura, o que nos leva a entender que foi justamente para opor à pressão pelo #ForaDilma. Como sempre, se aproveitando de determinada situação para mudar o foco

e se manterem no poder.

Com toda essa pressão ocorreu a queda de Cunha, algo comemorado por muitos. Mas, elencamos aqui outros elementos que dizem respeito a essa cassação, afinal um Congresso tão reacionário e bem atuante politicamente, com os mesmos propósitos que Cunha, o retira numa votação massacrante. O que de fato buscam com essa saída?

Primeiro precisamos compreender que a Justiça, nessa sociedade controlada pela burguesia, nunca se aterá somente aos fatos em si para apurar um caso, justamente porque necessita manter esse aparato para realizar o controle social. Assim, não temos que ficar somente no debate se a saída de Dilma ou de Cunha teve elementos que os incriminassem judicialmente. O próprio aparato burocrático do poder político capitalista condiciona as representações políticas (representantes eleitos ou não) a tomarem ações que favoreçam o lucro do capital e se não tiver previsão na lei entrará, quando for necessário.

A rigor há diversos casos e esquemas de corrupção de MUTOS políticos e que sabemos que jamais serão julgados, além disso temos aí uma dívida pública que é uma irregularidade em si e nem sequer é mencionada ou investigada. Ou seja, os motivos desses afastamentos são políticos a partir dos interesses e necessidades de manutenção do lucro de grandes empresários e banqueiros, quando não tocam exatamente no ritmo ou atrapalham de alguma forma atender a essas necessidades são afastados.

Vejamos, a crise política que assolou o país nos últimos meses, tensionou os espaços burocráticos de poder (Congresso, Senado, Presidência, Judiciário, etc.) e dificultou coligações para aprovar imediatamente algumas medidas de ataque aos trabalhadores (veja sobre

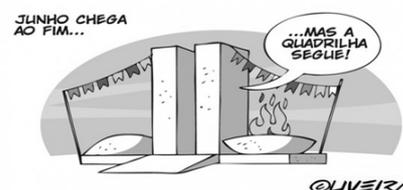
esses ataques nesta edição e anteriores): A burguesia não tinha, de fato, uma compreensão unitária sobre a saída de Dilma, mas com a pressão cada vez maior de alguns setores, como o industrial, acabou se unificando nesse sentido.

Porém, muitas feridas ficaram abertas nessas relações, no entanto, a saída de Cunha mostrava uma possibilidade de negociação e de reconciliação entre os diversos setores. Os acordos ainda estão sendo costurados e pode ser que mais pessoas possam ser “queimadas” para garantir que as ações contra os trabalhadores possam ocorrer sem demoras e com estabilidade desse terreno lamacento da política institucional...

Ainda teremos muitos episódios nessas disputas, o próprio Cunha já está se rearticulando e fez uma delação contra Moreira Franco, secretário do Programa de Parcerias e Investimentos, uma pessoa de destaque no Governo Temer, por escândalos no Porto Maravilha no RJ, financiado pelo bilionário fundo FI-FGTS. Ainda afirmou que fará um livro sobre os bastidores do impeachment de Dilma. Parece que continuará pelo cenário político evidenciando os elementos desse jogo sujo...

Quanto à nós, trabalhadores, é imprescindível avaliarmos nossas táticas, pois mesmo que direcionemos nossas lutas contra uma figura reacionária, nossa estratégia não pode se perder, precisamos acumular forças no ataque contra o sistema do capital. Atacar somente suas peças, que podem ser substituíveis a qualquer momento, não contribui para fortalece verdadeiramente a nossa luta!

Hoje quem preside a Câmara dos



Deputados é o Rodrigo Maia (DEM-RJ), mais um político da burguesia que já apoiou Cunha e que foi eleito com apoio do PSDB, DEM, PPS, PSB, PCdoB e PT! O jogo da democracia burguesa tem à sua disposição todo o aparato para garantir sua lucratividade e é para isso que existe. Não podemos cair no engodo de defender quem irá nos atacar.

O processo de enfrentamento tem que avançar na luta com mobilizações de rua e uma forte Greve Geral, por pautas que afetam a nossa vida cotidiana (como o ataque

aos direitos e o pagamento da dívida pública) e tornam a nossa vida sem sentido. O nosso objetivo maior precisa ser o de construirmos alternativas de poder de nossa classe. Somente assim levantaremos, em meio as lutas e manifestações, a agitação com força popular para colocar toda essa corja de politiquieiros burgueses para correr e construir outra estrutura social, capaz de fortalecer quem de fato produz a riqueza. Resgatar a alternativa Socialista nas lutas e na vida cotidiana!

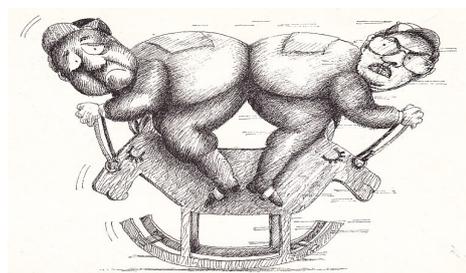
## O PSOL, o VELHO REFORMISMO REPAGINADO

ALEX BRASIL

O possível crescimento eleitoral do PSOL faz parte de um processo internacional, em que amplo setor da esquerda, na busca de alternativas por fora dos antigos referenciais rupturistas com o Capital, aponta para uma saída por dentro do sistema e do jogo eleitoral.

Na esteira de fenômenos como o Syriza na Grécia, o PODEMOS na Espanha, o Sinn Fein na Irlanda, o “Ocupe Wall Street” e a candidatura do democrata Bernie Sanders nos EUA, o PSOL, em linhas gerais, é uma repaginação do velho reformismo, em uma época em que a crise estrutural do capital mundializado não permite a mínima concessão.

Muitos ativistas, sinceros e honestos, contestam essa afirmativa, alegando que o PSOL é um partido em disputa, como também viam antes o PT, antes da chegada desse partido ao poder. Reforçam os seus argumentos apontando a presença de agrupamentos de esquerda no interior do PSOL, como a Corrente Socialista dos Trabalhadores, o Movimento de Esquerda Socialista, e a Nova Organização Socialista, racha do PSTU de 2015. Alimentam esperanças que o mais novo racha do PSTU (e o mais expressivo), o Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista, MAIS poderá desembarcar no PSOL (no que podem ter razão) e reforçar essa disputa da esquerda pelo comando do partido. Será mesmo?



### PSOL, SEM A PENETRAÇÃO DE CLASSE E MAIS À DIREITA DO QUE O PT DOS ANOS OITENTA

Antes de tudo, vale recordar que o PT nunca esteve em disputa. Sempre o comando da máquina partidária, desde sua fundação, ficou na mão da burocracia sindical. A partir da construção de uma base parlamentar petista, nas primeiras eleições que esse partido participou, somado à aquisição pelo partido de prefeituras importantes e governos estaduais de peso, o núcleo duro da direção, capitaneado por Lula-José Dirceu-José Genoíno, impôs a sua orientação oportunista burguesa. Apagou-se, em consequência, todos os vestígios esquerdistas no interior do PT, que culminou, antes, com a expulsão das correntes de esquerda, Causa Operária e Convergência Socialista, no início dos anos 1990. Desembocou na “Carta aos Brasileiros”, programa de governo de Lula nas eleições de 2002, feito para tranquilizar a banca internacional e as grandes corporações. A expulsão de parlamentares (Heloísa Helena, Babá, Luciana Genro e João Alves), em 2003, foi apenas um espasmo de um processo que já estava consolidado no interior do PT, mais de dez anos antes.

Entretanto, giro à direita vitorioso foi um longo processo de mais de uma década. O PT era a expressão política das grandes lutas econômicas e políticas da classe trabalhadora, no final dos anos setenta e década de oitenta. Acabou por se tornar, por um decênio, um partido classista e anti-imperialista: ora boicotando o Colégio Eleitoral que fez surgir a Nova República, em 1985, e apontando no seu programa até para a suspensão do pagamento da dívida externa brasileira. Mesmo assim,

todos esses avanços não rompiam com o sistema, pois se davam dentro da legalidade burguesa, haja visto a ratificação e assinatura da Constituição que reconheceu a propriedade privada dos meios de produção, em 1988, pelos então deputados Lula, José Dirceu e José Genoíno e pela bancada petista.

Nesse comparativo, portanto, o PSOL não é nem sombra do que foi o PT dos anos 1980, seja na penetração na classe trabalhadora, seja na construção de um programa que enfrentasse de alguma forma o Capital, como foram feitos na década de oitenta.

### UMA VELA PARA DEUS E OUTRA PARA SATANÁS: O PSOL NAS ELEIÇÕES, SEMELHANÇAS COM O VELHO PT

Um dos filhos do “Fórum de São Paulo”, o PSOL se assemelha ao PT naquilo que ele passou a ter de pior: também é controlado por parlamentares como os deputados Chico Alencar (que se absteve na votação da Reforma da Previdência de Lula e só saiu do PT não por causa da política econômica pró Capital, mas por causa do Mensalão), Ivan Valente e o Jean Willys.

Mas é no programa que apresentou nas eleições burguesas, que o PSOL se pareceu cada vez mais com o PT dos anos noventa, antes desse partido chegar ao poder central. Em 2006, Heloísa Helena (tendo como vice César Benjamim) obteve expressiva votação, tendo como centro da campanha a ética na política, bandeira principal do PT dos anos 90. Em 2010, Plínio Sampaio teve a mesma atuação e angariou uma votação menor, sendo que no segundo turno apoiou a candidatura do tucano José Serra.

A bandeira da ética na política, colocada de uma maneira solta (sem a discussão de que a corrupção é parte do capitalismo e por isso o mesmo tem que ser combatida), é tão absorvível pelo jogo eleitoral burguês, que Heloísa Helena, Martiniano Cavalcanti (derrotado nas prévias do PSOL em 2010) e os vereadores goiano e carioca Elias Vaz e Jefferson Moura se bandearam para o partido burguês, REDE, de Marina Silva, que, diga-se de passagem, apoiou a candidatura de Aécio Neves, no segundo turno de 2014.

Já César Benjamim trabalhou para o governo do PMDB no Paraná, de Roberto Requião, e fez o programa da candidatura de Marcelo Crivella (bispo da Igreja Universal do Reino de Deus e do PRB) para as eleições de 2014.

Nas eleições de 2016, o PSOL (junto com o PCO) apresentou-se como um dos porta-vozes contra o impeachment de Dilma, sem, entretanto, denunciar o lulo-petismo como um governo de 13 anos a serviço do Capital. Além disso, as candidaturas mais expressivas do PSOL continuaram a copiar a prática petista “de acender uma vela para Deus e outra para satanáas”. Em Porto Alegre, Luciana Genro (que lidera as pesquisas) chegou a afirmar em debate eleitoral: “As PPPs têm que ter uma parceria real. O privado pode lucrar, mas o público tem que ser beneficiado” e “As PPPs podem ser uma alternativa em certos casos, desde que o público seja beneficiado, não apenas o privado”. Registre-se: Luciana, quando se permitia o financiamento de pessoas jurídicas, em campanhas passadas, teve o apoio financeiro do Capital, através da Gerdau, da Zaffari e da Taurus.

Já Freixo, um dos candidatos mais fortes na corrida eleitoral no Rio,

afirmou, em visita à sionista Federação Israelita do Rio de Janeiro, ser favorável a acordos e parcerias com Israel. Durante a campanha, ele já havia se posicionado a favor em relação às Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas cariocas, ao afirmar em entrevista que seriam “uma conquista”. Diga-se de passagem, que as UPPs contam com treinamento e tecnologia israelenses na criminalização da pobreza. O curioso foi o apoio a Freixo do PCB, partido este que impulsiona Comitês de Solidariedade à Palestina. Freixo, na eleição anterior para prefeito, recebeu doação de R\$ 120 mil de uma empresa que foi responsável pela demolição da Vila Autódromo após remoção forçada de centenas de famílias pela prefeitura do Rio.

Em Recife, o deputado Edilson Silva, em 2014, afirmou que Karl Marx e o liberal austríaco Ludwig Von Mises (que dedicou a sua obra para combater o socialismo) não são incompatíveis. Algo semelhante ao que deve pensar Luciana Genro, quando defendeu as Parcerias Público-Privadas.

Por fim, a candidata do PSOL em São Paulo, Luíza Erundina foi prefeita da principal capital do país. Erundina no posto reprimiu violentamente a greve dos condutores, em 1992. Além disso, foi ministra do governo Itamar Franco e integrou o burguês PSB por 19 anos. Agora, fundou o novo partido, RAIZ, apesar de momentaneamente estar vinculada ao PSOL, já anuncia que a agremiação partidária que fundou irá se aliar à REDE burguesa de Marina Silva. Não precisa dizer mais nada.

## AS ESQUINAS PERIGOSAS DA HISTÓRIA

Novamente, diante das crises de

alternativas da esquerda brasileira, muitos militantes enxergam o PSOL como a possibilidade de construção de uma referência de esquerda de massas, que possa reaglutinar e reforçar setores marxistas no seu interior, numa conjuntura defensiva, e assim disputariam a sua direção. Mais uma vez, se cai na busca pelos atalhos, que sempre se desviam para o jogo eleitoral. Assim como foi tentado antes com o PT, no Brasil, da mesma maneira se buscou com o Syriza na Grécia e ainda está sendo tentado com o PODEMOS na Espanha.

O resultado já conhecemos: mais uma desmoralização da esquerda marxista, dos seus referenciais e da classe trabalhadora, como um todo. Afinal, o PSOL não está em disputa, ele já tem dono: os parlamentares. Seu discurso rebaixado e suas alianças eleitorais (Direção Nacional apóia alianças eleitorais com partidos burgueses, como o PDT, PSB, REDE, PV ... que durante os últimos 13 anos compuseram governos burgueses) visam a disputa da institucionalidade burguesa, seu objetivo é de crescer dentro dela e não combatê-la, materializando dessa forma as suas chapas eleitorais em capitais importantes como Belém e Salvador.

Marx em “*Dezoito Brumário*”, escreveu que “A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”. A tragédia do PT, a esquerda marxista viveu e mesmo não sendo petista, saiu confundida com todo o lamaçal propositalmente lhe direcionado pelos meios de comunicação. Repetir o erro, em apostar no PSOL, é escrever a História como farsa, como previu Marx.



## OS AUTONOMISTAS

SÉRGIO LESSA

No Jornal anterior (nº 93) tratamos do tema da Ditadura do Proletariado. Argumentamos, então, que ela, a Ditadura do Proletariado, não é decorrente nem de uma concepção política de Marx e Engels, nem é uma invenção de Lenin ou dos revolucionários da Rússia de 1917 – ao contrário, é uma decorrência necessária e direta do que há de mais universal nas revoluções.

Argumentamos, então, que tanto nas

revoluções burguesas (como a Inglesa, do século 17, ou da Grande Revolução Francesa de 1789-1815), nas revoluções proletárias, como a Comuna de Paris (1871), a Revolução Russa (1917-21), a Revolução Alemã (1918-22) quanto nas revoluções camponesas, como a Chinesa (1923-49) ou a Vietnamita (1926-1975), os revolucionários apenas podem tomar e, imediatamente a seguir, manter o poder, através de uma ditadura que imponha, pela violência,

as medidas imprescindíveis para a instituição da nova ordem econômico-social. E esta necessidade presente em todas as revoluções decorre de que, uma vez derrubado o poder, as velhas classes dominantes farão de tudo para a ele retornar – o que, na enorme maioria das vezes, dá origem a uma guerra civil de grandes proporções.

O fato de as revoluções do século 20 terem sido derrotadas e que os processos revolucionários russo, chinês, vietnamita, cubano etc. não terem aberto a transição ao socialismo, são decorrências do atraso material em que se desdobraram (como já vimos no *Jornal Espaço Socialista* n° 79) e não de uma concepção política autoritária ou centralista.

O principal equívoco dos autonomistas está em desconsiderar este fato fundamental.

### A RÚSSIA CZARISTA

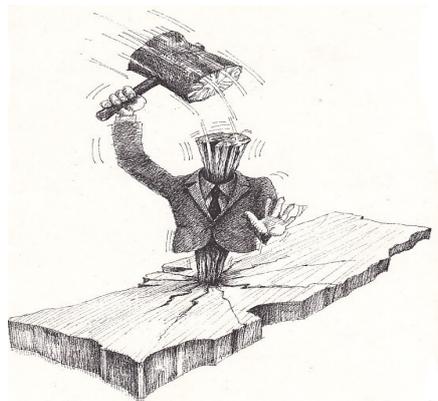
A corrente autonomista é uma decorrência direta da experiência soviética. Começemos, pois, por ela.

A Rússia czarista não apenas era um país gigantesco (três vezes maior que o Brasil) como ainda gigantescamente atrasado. Trotsky, em *A Revolução Russa*, narra com detalhes a dimensão desse atraso: uma enorme massa camponesa, mais de dois terços da população, analfabeta e miserável que se distribuía da Ucrânia mais desenvolvida, ao Cáucaso dos latifundiários e à porção asiática, que compreendia a Sibéria, com uma base agrária que se aproximava do modo de produção asiático e da pecuária dos antigos mongóis.

Cercada por esse atraso, um núcleo proletário importante, Petrogrado, com dois não tão importantes (Kiev e Moscou) e algumas regiões mineradoras e petrolíferas significativas, principalmente na região do Cáucaso. A concentração de operários em gigantescas plantas industriais favorecia a luta contra os patrões, mas a falta de experiência decorrente de ser uma classe operária recente, que há pouco ainda era camponesa, dificultava a luta revolucionária.

Um Estado autocrático e violentamente repressor era a coroação política desse atraso.

Nessas circunstâncias de carências e misérias, a transição ao socialismo



era uma impossibilidade assumida por todos os revolucionários. Na produção teórica anterior a 1917 e nos debates políticos durante a revolução, a tese de que seria possível construir o socialismo na Rússia – a tese do “socialismo em um só país” – era considerada como absurda. Isso tanto nas forças mais moderadas do campo revolucionário (os mencheviques, os sociais-revolucionários etc.) quanto na sua porção mais à esquerda (os bolcheviques e setores anarquistas).

Nos debates em setembro-outubro de 1917 no Comitê Central bolchevique envolvendo a tomada do poder, duas posições predominaram. Aqueles favoráveis à tomada imediata do poder (Lenin, Trotsky, Kollontai etc.) e aqueles contrários à tomada imediata do poder (Zinoviev, Kamenev etc.). Lenin, nas famosas “Cartas de longe” (ele estava escondido na Finlândia), argumentava que a tomada do poder na Rússia seria a faísca que incendiaria a revolução europeia. Então, os operários europeus ensinariam aos russos como se faz o socialismo. Zinoviev e Kamenev argumentavam que a revolução europeia, em que pese o caos e a miséria do final da I Guerra Mundial (1914-18), ainda não estava madura. Tomar o poder seria um equívoco porque não haveria apoio do proletariado europeu à revolução na Rússia: os revolucionários seriam derrotados pela contrarrevolução tal como a Comuna de 1871.

Olhando de frente para trás, pode-se perceber que as duas posições estavam corretas e equivocadas. Lenin e Trotsky compreenderam que, naquele momento, sem a tomada do poder pelos bolcheviques, a contrarrevolução derrubaria o governo Kerensky e a revolução seria derrotada. Mas se equivocaram na avaliação da situação

europeia: nisso Kamenev e Zinoviev tinham uma posição mais próxima à realidade. E ambas as posições partiam da correta avaliação de que a miséria russa não poderia servir de base para a transição socialista. Sem a abundância, a transição ao socialismo é uma impossibilidade completa (sobre isso, confira o *Jornal Espaço Socialista* n° 83, em que tratamos do fundamento histórico das classes sociais).

Por isso, ao tomarem o poder, os bolcheviques investiram todos os recursos materiais e esperanças intelectuais na revolução proletária europeia. A primeira medida do governo soviético foi uma proclamação mundial propondo que os soldados nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial voltassem suas armas contra suas respectivas burguesias e construíssem a Internacional, um planeta sem patrões! Quando os primeiros sinais da Revolução Alemã surgiram no horizonte, Lenin enviou um memorando a Smilga ordenando a formação de um exército de um milhão de homens para apoiar os operários europeus – isso em um momento em que, literalmente, morriam-se de fome aos milhares nas cidades e em que muitos operários começavam a retornar ao campo para meramente sobreviverem à miséria. Todas as fichas foram depositadas em uma vitória do proletariado europeu, sem ela, então ninguém duvidava, a derrota soviética seria inevitável.

### O COMUNISMO DE GUERRA

Nos poucos mais de três anos que vão da tomada do poder em novembro de 1917, ao X Congresso do Partido Comunista, em março de 1921, os bolcheviques são obrigados a se confrontar com uma realidade inesperada. Nos primeiros meses do poder bolchevique, todas as esperanças estavam depositadas na Revolução Alemã, que dava seus primeiros sinais de vida. As medidas do novo governo possuíam, quase sempre, um caráter provisório: trata-se de manter o poder até que uma Europa socialista viesse em socorro.

Em meados de 1918, as coisas mudaram de figura. A Revolução Alemã estava tardando mais do que o esperado. E, ainda, tem início a Guerra Civil: com o apoio dos setores

e classes contrarrevolucionárias russos, 17 países capitalistas invadem a Rússia (inclusive os mais poderosos, como EUA, Inglaterra e França). Para formar um exército capaz de enfrentar os invasores e a contrarrevolução interna, é implantado o Comunismo de Guerra (a Ditadura do Proletariado): o que fosse necessário para garantir um exército capaz de combate passa a ser máxima a prioridade. Não havia outro modo de manter o poder revolucionário até a vitória do proletariado europeu (que deveria vir em pouco tempo, lembremos).

A Revolução de 1917 contara com a iniciativa revolucionária de amplas massas de trabalhadores urbanos e camponeses para tomar o poder. Trotsky, na já mencionada *A revolução russa*, narra em minúcias como esta iniciativa foi essencial para a tomada do poder. Tanto porque desestruturou o exército e a burocracia que serviam à contrarrevolução e ao governo Kerensky, como ainda porque tomou o poder em muitas localidades.

Contudo, com a crise que se seguiu à tomada do poder, a maior parte dos soldados, que era camponesa, retornou às suas terras sem pedir permissão e sem reconhecer autoridade maior do que a proximidade do período do plantio. E, nas cidades, os operários famintos passaram a desmontar as fábricas paradas para venderem as ferramentas e metais. Não tinham alternativa para sobreviver. Não havia, além de comida, carvão para a produção industrial e para o aquecimento das casas. Victor Serge, em um texto magistral, registrou a miséria daqueles anos (*O ano I da Revolução Russa*).

Para enfrentar as invasões, os bolcheviques adotam algumas de suas mais polêmicas medidas. Fuzilaram a família real (pois, sem um rei, a contrarrevolução se divide em diversos pretendentes ao trono – o que, de fato, foi importante para a vitória revolucionária) e chamaram os antigos oficiais e generais do exército czarista para montarem um novo exército, o Exército Vermelho. Trotsky foi o grande artífice e o grande comandante da resistência revolucionária: em

poucos meses conseguiu estruturar um exército que, com o apoio de setores importantes do campesinato e do proletariado, derrotou a contrarrevolução. Em meados de 1920, a vitória revolucionária contra os invasores já pode ser antevista.

No exército, vigora então uma nova hierarquia que tem, no seu topo, os antigos oficiais czaristas. Ao lado deles, os vigiando, foram colocados os “comissários do povo”. Mas, logo, estes também se inseriram na burocracia militar que se formava.

Nas cidades, principalmente nas fábricas, os antigos gerentes, diretores, quando não os antigos patrões, são convocados para colocar novamente a produção em marcha. Ao custo de se desestruturar os frágeis mecanismos de controle proletário na produção, pois implicava em tirar os trabalhadores do poder no local de trabalho. Os sindicatos foram reformulados para funcionarem como auxiliares do Estado na organização da produção.

Na esfera do Estado, a transformação mais importante foi a evolução da “Comissão Extraordinária” para espionar a contrarrevolução, criada ainda em 1917, em uma polícia secreta composta também por parte da antiga polícia secreta czarista.

E, no Partido, era exigido dos militantes a disciplina revolucionária para garantir um partido coeso em circunstâncias tão difíceis.

Até meados de 1920, ninguém defendia que tais medidas seriam mais do que emergenciais para uma situação desesperadora. Deveriam ser revertidas tão logo as condições permitissem: naqueles meses, dentre essas condições estava a vitória da revolução na Alemanha. O “Comunismo de Guerra”, com ficou genericamente conhecido esse conjunto de medidas, com suas práticas centralizadoras e aliança com parcelas das velhas classes dominantes (os generais, os engenheiros e donos de indústrias etc.), era apresentado como algo bastante provisório, medidas emergenciais para uma situação desesperadora na

qual não era possível abrir a transição ao socialismo.

## A OPOSIÇÃO OPERÁRIA

No segundo semestre de 1920, a deterioração da situação revolucionária europeia, em especial na Alemanha, não mais permitia imaginar-se que o proletariado europeu viria em socorro da Revolução Russa no curto espaço de tempo. Ao mesmo tempo, a vitória sobre a contrarrevolução colocava sobre a mesa a urgente questão de como seria organizado o governo revolucionário até que viesse a revolução europeia.

Se a situação era desesperadora nos primeiros meses após a tomada do poder em 1917, em meados de 1920 era catastrófica. Além da crise econômica provocada pela I Guerra Mundial, além da ocupação da região mais desenvolvida da Rússia, a Ucrânia, pelas tropas alemãs, os exércitos da contrarrevolução, ao se retirarem, foram destruindo tudo o que encontravam pelo caminho: casas, pontes, cidades, minas de ferro ou de minerais, os poços de petróleo, as estradas de ferro, os portos e navios, diques, represas, canais de irrigação e de navegação, estrutura de telégrafos e comunicação etc. etc. Nada foi deixado inteiro pela contrarrevolução em seus estertores finais.

Havia que se decidir os próximos passos e, para isso, foi convocado o X Congresso do Partido para março de 1921. Duas plataformas, digamos assim, foram se consolidando. Uma delas, polarizada pela “Oposição operária”, tinha por centro a concepção de que dever-se-ia devolver o poder aos operários nas fábricas e sindicatos, aos soldados no exército e aos trabalhadores em geral nos locais de trabalho. Que o partido deveria reverter a centralização que vivera durante o Comunismo de Guerra e adotar um funcionamento mais



decentralizado. Que os sindicatos deveriam ser representações dos trabalhadores junto ao Estado, e não “correias de transmissão” do Partido para com os trabalhadores.

A outra, polarizada por Lenin, Trotsky e Stálin – além da enorme maioria do comitê central de 1917 – afirmava que, apesar da vitória contra os invasores, a contrarrevolução não apenas não fora derrotada, como ainda contava, devido à paralisia econômica do país, com boas possibilidades de se levantar. Mais do que nunca, argumentavam, a manutenção do poder revolucionário dependia da estratégia de permitir que o mercado capitalista voltasse a organizar a retomada econômica desde que o poder político fosse ainda mais centralizado no interior do Partido Bolchevique.

O choque era inevitável e um movimento nas bases do partido bolchevique em direção às posições da Oposição Operária foi se tornando perceptível. Pela primeira vez a polícia secreta foi acionada para reprimir revolucionários e várias denúncias chegaram ao X Congresso de que delegados da Oposição Operária foram presos ou impedidos de viajar para o Congresso, de que votações em fábricas, em que fora vencedora a Oposição Operária, foram revertidas graças às pressões da política secreta ou da direção do partido etc. Mesmo assim, a Oposição Operária chegou como uma significativa minoria. Os debates no Congresso começaram tensos... e foram logo interrompidos.

Em meio ao X Congresso, os marinheiros de Kronstadt se rebelaram e formaram a Comuna de Kronstadt. Anunciaram que não reconheciam o poder dos comissários políticos enviados pelo governo.

### **A TRAGÉDIA DE KRONSTADT**

A situação tornou-se, então, ainda mais grave. Kronstadt era a principal base naval revolucionária e guardava o estratégico litoral do mar Báltico, próximo a Petrogrado. Desde março de 1917, os marinheiros de Kronstadt foram um apoio seguro para a revolução e estiveram na linha de frente da luta revolucionária

em todos os momentos. Não eram aliados provisórios ou inseguros, mas membros do núcleo que a Rússia revolucionária tinha de mais seguro.

A recriação da velha hierarquia czarista na marinha – com a volta de muito dos odiados oficiais a postos de comando – fora aceita no período da guerra como uma necessidade, mas também como uma medida provisória. Os rumos do X Congresso anunciavam que seria uma medida mantida por um tempo indefinido. Para os marinheiros, isso era inaceitável: esse o principal motivo da rebelião.

O X Congresso convocou a todos os seus delegados a participarem da expedição militar que massacraria Kronstadt (Trotsky chefou a ofensiva militar) – e os delegados da Oposição Operária, tragicamente, aceitaram participar da ofensiva e, com isso, perderam toda a autoridade que poderiam ainda ter. Massacrado Kronstadt, o Congresso retomou os trabalhos e converteu muitas das medidas táticas do Comunismo de Guerra em medidas de longo prazo. Tem, então, início o período da Nova Política Econômica (NEP).

A essência da Nova Política Econômica é uma aliança dos bolcheviques no poder político com o que restou de capital e capitalistas. A ideia era que um Estado forte, centralizado, controlado pelos revolucionários, seria um antídoto adequado para se controlar o capital que estaria se desenvolvendo na esfera econômica. A ilusão de fundo é que seria possível controlar por meios políticos o capital.

Sabemos no que deu e não é necessário prolongarmos a narrativa. O enorme sucesso econômico e social da NEP e, de sua cria direta, os planos quinquenais, elevou a União Soviética à segunda potência mundial em menos de quatro décadas. Para um povo miserável como era o russo, o desenvolvimento econômico, que garantia empregos para todos, associado às políticas públicas do Estado, que garantiam casa, escola,

assistência médica etc., realmente e de fato, a todas as pessoas, era quase um paraíso na Terra. Que isso fosse realizado sob a feroz ditadura de Stalin apenas tornava, aos olhos desse povo, Stalin um semideus capaz da tarefa hercúlea de tirar aquele povo da miséria czarista milenar!

### **OS AUTONOMISTAS E SUAS DEBILIDADES**

Foi nesse contexto histórico que surgiu e se desenvolveu a tese autonomista. O seu núcleo mais essencial afirma que o descaminho da Revolução Russa está na eliminação da autonomia operária pelo autoritarismo e centralismo inerente à concepção leninista-bolchevique e, para os autonomistas mais radicais, à concepção de Marx e Engels.

Não fossem o autoritarismo e centralismo de Lenin (ou de Marx e Engels, dependendo de qual autonomista tratamos), o socialismo na Rússia teria sido construído graças às iniciativas inerentes à autonomia proletária. Ignoram, menosprezam ou mesmo negam (a depender de qual autor autonomista nos referimos) que as atrasadas condições russas impediriam a transição ao socialismo qualquer que fosse a concepção político-ideológica que viesse a tomar o poder naquelas circunstâncias.

Ao deslocarem todo o “problema soviético” à esfera ideológica e lá o isolarem, os autonomistas não fazem mais do que tomar a esfera da política como a fundante da sociabilidade (ao invés do trabalho) e, por essa via, caem no idealismo que é, sempre, incapaz de compreender a história.

A “solução” que os autonomistas apresentam ao “problema soviético” é duplamente falsa e desarma os trabalhadores na luta pelo comunismo.



Em primeiro lugar, porque nega a necessidade da Ditadura do Proletariado como a forma de governo quando da tomada do poder pelos revolucionários. Em segundo lugar, porque propõe uma “democracia proletária” como contraposição à Ditadura do Proletariado que, na prática e de fato, significa enfraquecer a imprescindível defesa do poder revolucionário recém surgido da sanha da contrarrevolução. Não há, nessa esfera, praticamente nada que os autonomistas possam trazer de contribuição à teoria revolucionária.

### OS AUTONOMISTAS E OS STALINISTAS

Hegel, o grande filósofo idealista alemão, dizia que a história (a “razão”) tem sua “astúcia”. Ainda que aparentemente opostos absolutos, os autonomistas e stalinistas são frutos da mesma situação histórica e compartilham vários pontos em comum. Esse não é um fato tão raro.

Na história dos partidos políticos que duas posições antagônicas, surgidas das mesmas circunstâncias, terminem compartilhando de pressupostos e concepções muito semelhantes ocorre com mais frequência do que seria imaginável em um primeiro momento. Um dos exemplos mais conhecidos é o da relação entre os autonomistas e os stalinistas. Essa afirmação, contudo, requer um esclarecimento preliminar.

Tanto o stalinismo quanto os autonomistas compõem antes um campo político do que uma doutrina teórica ou ideológica bem delimitada. No interior do campo stalinistas, encontraremos diversas posições e várias personalidades que não se enquadram no que iremos abaixo tipificar. O mesmo, para os autonomistas. Várias de suas personalidades e algumas de suas correntes não se reconheceriam nas linhas abaixo. Ressalvado, portanto, que há exceções importantes ao que vamos afirmar, elas não cancelam a validade do que se segue.

Para os stalinistas, a propriedade dos meios de produção nas mãos do Estado significaria a superação da propriedade privada na medida em que ela seria estatal e, não mais, privada. A posse pelo Estado dos meios de produção definiria o caráter socialistas

da produção. A relação de apropriação do trabalho excedente pelo Estado não era considerada uma exploração pela razão de que o Estado não mais seria um instrumento da burguesia, mas estaria nas mãos dos trabalhadores. Daí a definição stalinista de que o Estado soviético seria um Estado proletário socialista (e, também por esta razão, a definição típica de Trotsky de que seria um Estado proletário deformado). A posse do poder do Estado, portanto, a esfera da política, era o que asseguraria ser o Estado soviético um Estado socialista – e, não, a relação concreta de produção que, no caso soviético, tinha por essência o trabalho abstrato e a exploração dos trabalhadores pela mediação do Estado. Cancelar as relações de produção concretas como critério de definição do modo de produção e substituí-las pela esfera da política é uma das principais características do politicismo (isto é, tomar as relações políticas como fundantes do modo de produção) stalinista.

Um politicismo de sinal trocado está presente entre os autonomistas. Para eles, a repressão política ao movimento operário, a devolução do poder político que, na revolução, as massas conquistaram através dos soviets, para o Estado, definiria o caráter não-socialista da União Soviética. Se, para os stalinistas, era a concentração do poder econômico e político no Estado que definiria o socialismo, para os autonomistas seria precisamente essa característica que negaria o caráter socialista da ordem soviética.

Se, para os stalinistas, era a posse do poder de Estado pelo Partido Bolchevique que definia a URSS como socialista, para os autonomistas seria a usurpação do poder das massas pelos bolcheviques que teria destruído a possibilidade do socialismo na URSS.

Tanto para os stalinistas, quanto para os autonomistas, era completamente estranha a questão de que a passagem do capitalismo ao socialismo requer, imperativamente, a transição do trabalho proletário ao trabalho associado, a transição da produção de valores de troca pela produção de valores de uso. Para ambos, a questão seria essencialmente política: respeito ou destruição da autonomia operária.

### A IMPORTÂNCIA DOS AUTONOMISTAS

Em que pesem essas e outras debilidades, os autonomistas cumpriram ao menos um papel importante para a história das revoluções. Suas próprias concepções, suas próprias posições políticas serviram de poderoso estímulo para que desenvolvessem pesquisas e mais pesquisas acerca do controle do Estado soviético sobre o movimento dos trabalhadores. Suas pesquisas nessa área revelaram dados e fatos históricos da maior importância que ajudam a explicar o fenômeno soviético ao menos em um detalhe importante: as mediações pelas quais, na esfera da produção, se reafirmou o controle do capital sobre o trabalho nas condições pós-revolucionárias. Enquanto historiadores do avanço do Estado soviético sobre a autonomia operária, os autonomistas estão, até hoje, entre os mais importantes.

Além desse importante serviço à teoria revolucionária, os autonomistas também se converteram em ferozes opositores da submissão dos sindicatos dos trabalhadores aos Estados capitalistas. Suas críticas a todo tipo de reformismo são, neste particular, também muito significativas.

Apesar dessas significativas contribuições, os autonomistas terminam desarmando o movimento operário e revolucionário, por um lado, pelo seu politicismo e idealismo e, por outro, pela sua negação “por princípio” da necessidade histórica da Ditadura do Proletariado.

#### LEITURAS RECOMENDADAS:

Para compreender os autonomistas, ler de Pannekoek, *Os conselhos operários* e, de M. Brinton, *Os bolcheviques e o controle operário* (há uma edição portuguesa) e de João Bernardo e a crítica ao controle estatal dos sindicatos, *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. Para a compreensão da situação histórica na Rússia revolucionária, além do já mencionado *A revolução russa* de Trotsky, a biografia por I. Deutscher de Trotsky (*O profeta armado*, *O profeta desarmado* e *O profeta banido*) e de Kollontai, *A oposição operária*.

# REFUGIADOS: PESSOAS DESCARTADAS PELO CAPITAL

## AS INVASÕES IMPERIALISTAS E AS GUERRAS

O que faz alguém literalmente largar tudo para trás, atravessar fronteiras, oceanos, enfrentar barcos superlotados, risco de afogamento, máfias e polícias? Só uma situação de desespero pode levar famílias inteiras a seguirem um caminho com tantos riscos...

Os que tentam chegar a Europa são apenas uma parte de um problema muito mais amplo. Segundo dados da ONU são mais de 65 milhões de pessoas nessa condição, incluindo os “deslocados” internos e os que vão para outros países. Dados de 2015.

Sírios, afegãos, palestinos, somalis, iraquianos, sudaneses são os povos com maior número de refugiados. Não é mera coincidência que os refugiados vem exatamente dos lugares onde tem invasão imperialista. Ou guerras internas por disputa de minérios ou fontes energéticas diretamente pelos países imperialistas ou atuando “como assessores militares”.

A região com inúmeros recursos minerais e energéticos fundamentais para o desenvolvimento dos países imperialistas e as guerras é o caminho mais curto para se apropriar desses recursos e ainda permite alavancar o lucro da indústria bélica.

Não podemos pensar, em relação a essas regiões, que os conflitos são só os atuais, como a invasão estadunidense no Iraque e no Afeganistão, a guerra civil na Síria e Líbia (também com apoio e participação dos países imperialistas) e a disputa entre China e França por controle sobre rotas comerciais na África.

Sabemos que muitos desses países foram criações artificiais a partir da intervenção de países imperialistas, na famosa política “dividir para dominar”, que impedia a formação de um Estado grande e poderoso, criando países rivais entre si. Isso levou a conformação de muitos grupos políticos e econômicos em cada um desses países, causa de guerras internas e conflitos entre grupos impulsionados pelo imperialismo.

Nessa mesma direção estão os conflitos sectários, disputas entre setores do islamismo como xiitas e

**A**ntes de tudo, é importante uma referência aos conceitos: imigrantes e refugiados. São termos distintos e cada um revela causas também distintas. Pelo direito internacional (portanto, direito burguês) Imigrante é quem voluntariamente busca melhores condições de vida em outro país. Refugiado é quem está na condição de “empurrado” por perseguição ou guerras, portanto, involuntário. Ainda que temos a opinião de que a imigração também é forçada por uma condição social, como os mexicanos que procuram os Estados Unidos, por exemplo. Mas, para os propósitos deste artigo aceitamos essa diferenciação porque nos ajuda a compreender melhor o papel repressivo dos governos europeus.

As milhões de pessoas que arriscam suas vidas, principalmente, para chegar

sunitas patrocinadas e incentivadas por Estados Unidos e com o apoio de monarquias reacionárias como a Arábia Saudita. É desse processo que nasce o Estado Islâmico. São, portanto, disputas que têm origem nas invasões aos países árabes. Aqui também usa a máxima de “dividir para dominar”.

E as guerras, do ponto de vista marxista, não são uma ação de um governo “louco”, mas uma necessidade de o capital encontrar meios de domínio de mercados e expansão de seus negócios. Se há dificuldade de expansão para o capital, as guerras são uma saída a ser utilizada. Por isso que os refugiados (e os imigrantes) são consequências da expansão do capital e dos seus limites.

## ENFRENTAR A MORTE, AS TORMENTAS E A REPRESSÃO NA EUROPA

É diante da impossibilidade de ter o mínimo para se viver que milhões de árabes e africanos se lançaram às rotas de migração em direção a Europa.

Uma das características da mundialização do capital é a abertura de fronteiras para o fluxo de mercadorias e capitais entre os países. O trânsito de mercadorias pelas fronteiras resolve-se com o pagamento de alguma taxa, mesmo

a Europa, talvez não saibam, mas serem tratadas como imigrantes ou refugiadas faz muita diferença. Pelas leis internacionais um refugiado tem muito mais chances de receber asilo na Europa. Já o imigrante tem muito mais chances de ficar exposto à repressão.

Por isso que a imprensa mundial, em geral, e os governos europeus utilizam o termo imigrante para as levadas de pessoas que atravessam o oceano. Isso permite “simplesmente” prendê-las ou “simplesmente” colocá-las em um barco, ignorando toda a realidade de seu país de origem, e “devolvê-las”. Uma forma de os governos fugirem do problema, pois tratam cada caso individualmente...

Das redes mundiais de comunicação, somente a *Al Jazeera* se refere a essas pessoas como refugiadas.

quando há alguma restrição.

Já para o trânsito de pessoas as coisas não funcionam dessa forma. Nesse caso, as fronteiras estão cada vez mais fortificadas, como é o caso de restrições para imigração. As imagens das fronteiras nos países que servem de caminho para a entrada na União Europeia são aterradoras.

As cercas de arame farpado, as forças de repressão agredindo crianças, mulheres e idosos e o amontoado de pessoas tentando atravessar a fronteira são a perfeita fotografia a revelar como o capitalismo trata a vida humana. Os mesmos países que causaram essa crise são os mesmos a rejeitar o que suas guerras e invasões produziram.

Quando conseguem sobreviver às máfias, barcos superlotados e chegam em terra firme ainda precisam enfrentar outras formas de violência como o confinamento em campo de refugiados, falta de abrigos, prisões, repressão policial, entre outras tantas severidades.

A política para impedir que os refugiados cheguem à Europa não se restringe a essas medidas de repressão dentro do território europeu. A União



Europeia fez acordo com a Turquia, do ditador Erdogan, para impedir os refugiados de utilizar o território turco nas rotas de fuga. Isso significa que a violência agora é praticada na Turquia, onde principalmente os sírios são as maiores vítimas. Ou seja, a Europa continua com as mãos manchadas de sangue. Medida que fez diminuir em 40% as travessias da Turquia para a Grécia.

Os que enfrentam essa repressão já são considerados sobreviventes. Desde setembro do ano passado mais de 4000 pessoas morreram tentando atravessar o mediterrâneo e chegar na Europa. Desde 2014, são mais de 10 mil mortes. Além dos perigos do mar, ainda têm que lidar com as máfias dos dois lados do mediterrâneo.

Até chegar a Turquia e Líbia (os principais pontos de embarque) enfrentaram desertos e o Estado Islâmico. Em solo turco buscam serviços das máfias locais que cobram até 3 mil dólares por pessoa para fazer a travessia. No lado europeu uma viagem de caminhão (tipo frigorífico) e em condições inseguras não sai por menos de mil euros para ir da Sérvia (isso significa já ter percorrido um longo caminho depois da Grécia) até a fronteira da Hungria, uma das portas de entrada para a União Europeia. Recentemente essa fronteira também foi fechada e os refugiados desviaram o caminho – mais longo – pela Eslovênia. Quem não tem dinheiro o caminho é feito a pé.

O desenvolvimento da produção capitalista (maquinário, barateamento do trabalho socialmente necessário – por conta da produtividade, etc.) também produziu uma massa mundial de desempregados e miseráveis que ao sistema não interessa incorporar ao consumo e nem à produção. Produziu-se uma enorme quantidade de pessoas que são para o sistema, literalmente, descartáveis. Por isso o capitalismo condena milhões e milhões de pessoas a viverem em condições sub-humanas.

### **TRABALHADOR CONTRA TRABALHADOR**

O capital não se preocupa com pessoas, com vida, com dignidade, com nada no seu processo de expansão. Capital é em essência desumanização. Explorar para ter lucro é uma máxima

para o capital. Nesse sentido a exploração do trabalhador (jornada de trabalho maior, menor salário, menos direito, etc.) é fundamental para se chegar a esse objetivo.

E na Europa a burguesia tem utilizado (agora em maior escala, mas a abertura para a imigração sempre foi nessa direção) da condição dos refugiados para atacar ainda mais os direitos dos trabalhadores europeus. Primeiro permite a entrada de parte dos refugiados e depois insiste na divisão da classe trabalhadora, jogando trabalhador contra trabalhador.

A entrada de alguns refugiados é utilizada, pela patronal e pelos governos, como uma pressão sobre os trabalhadores empregados. A existência de refugiados desempregados (um exército industrial de reserva, nos termos de Marx), dispostos a vender a sua força de trabalho por qualquer preço, força os salários para baixo. Com isso o desemprego vira uma ameaça constante para quem está empregado e ao mesmo tempo busca retirar da pauta lutas como a do aumento de salário. Ou seja, além de toda a situação ainda busca-se inibir as lutas.

Por isso um setor da burguesia desses países defende a entrada em massa desses refugiados, porque significa ter a disposição um enorme contingente de trabalhadores dispostos a receber menos e abrir mão de seus direitos.

Outra sacanagem da burguesia é dizer que os problemas sociais, os baixos salários e o desemprego são por culpa dos refugiados e imigrantes. Como a consciência de classe do trabalhador é muito rebaixada e não vê quem é o responsável pela sua miséria, acredita nessa história e passa a ver esses trabalhadores como inimigos.

E isso não é só na Europa. Na Turquia onde há milhões de refugiados sírios, o salário desses é a metade (às vezes até menos do que isso) do que ganha um trabalhador turco. E outro exemplo é na África do Sul onde há vários casos de trabalhadores sul-africanos



agredirem trabalhadores de outras regiões africanas porque, segundo eles, ameaçam os já poucos empregos existentes.

Enquanto há repressão contra trabalhadores o capital, os ricos e poderosos (personificação do capital) circulam livremente de país em país. Para esses há total liberdade.

### **AS SAÍDAS**

A direita e o fascismo na Europa se aproveitam desse processo. Partidos como o *Lei e Justiça* na Polônia, *A Frente Nacional* na França, *a Liga do Norte* na Itália, *o Partido da Liberdade* na Áustria e *o Partido para a liberdade* na Holanda são alguns exemplos do crescimento eleitoral da direita no continente europeu.

E a tendência – por conta da crise econômica mundial – é que esses problemas sociais e políticos continuem existindo e se aprofundando. E também que enquanto existir capitalismo a classe trabalhadora vai enfrentar as consequências que o capital nos impõe.

A luta pelo direito de entrada e permanência de todo ser humano em qualquer território é uma defesa da vida! Combinemos essa luta com a ideológica e com a política contra o capitalismo, a verdadeira causa de todos os sofrimentos dos povos. Essas são, ao nosso modo de ver, as tarefas mais importantes que temos pela frente. Recompormos unidade da classe trabalhadora, contribuir para o desenvolvimento da consciência de classe e de que os nossos inimigos são os ricos, os governos, os que nos exploram.

Jornal editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os artigos assinados não necessariamente refletem a posição da Organização.

#### **CONTATOS**

[www.espacosocialista.org](http://www.espacosocialista.org)  
[espacosocialista@hotmail.com](mailto:espacosocialista@hotmail.com)  
[facebook.com/espacosocialista1](https://facebook.com/espacosocialista1)